

PT descobre a China

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista



A Gleisi Hoffman, presidente do PT, chefiou, recentemente, uma grande caravana de pevistas a Pequim, onde a turma conheceu os progressos do comunismo chinês. Um momento único, diferente e quase inesperado para o partido que no início não queria se filiar a nenhum governo e pretendia seguir uma trajetória independente. Não foi assim, mas todos os partidos são susceptíveis às circunstâncias de momento.

A delegação liderada por Gleisi participou de seminário sobre o fortalecimento da capacidade de governança e os esforços para a modernização nacional. Na avaliação dela, Brasil e China têm realidades distintas, mas o PT e o PC chinês assumem responsabilidades semelhantes. “Tanto o Partido Comunista da China quanto o Partido dos Trabalhadores têm por objetivo atender os interesses do povo. Colocar o nosso povo para ter desenvolvimento, para ter inclusão, para ter dignidade de vida. E isso requer preparação desses partidos, preparação de formação teórica, de organização, de renovação”, reconheceu a presidenta do PT.

O PT foi fundado por um grupo heterogêneo, formado por militantes de oposição ao governo militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teoria da Libertação (que foi praticamente extinta pela ação do papa João Paulo II, que, ao mesmo tempo, ajudou a derrubar o comunismo na Polônia) em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo. O partido resultou da aproximação entre os movimentos sindicais que existiam na região do ABC, em São Paulo, e militantes da esquerda brasileira, entre eles alguns que haviam sido

presos e exilados, mas tiveram seus direitos políticos devolvidos pela lei de anistia, assinada pelo então presidente João Figueiredo.

O surgimento do movimento organizado de trabalhadores, notabilizado pelas greves lideradas por Lula, no fim da década de 1970, permitiu a reorganização de um movimento sindical independente do Estado, concretizado na criação da Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), o embrião da Central Única dos Trabalhadores. O PT surgiu contra as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial, buscando nova forma de socialismo democrático, que se afastava dos modelos então existentes, o soviético e o chinês.

Os elogios de Gleisi Hoffmann ao partido comunista chinês são interessantes por serem contraditórios com a dirigente do partido político brasileiro. A China vive um capitalismo selvagem muito bem-sucedido. Retirou 800 milhões da pobreza absoluta e criou uma classe média maior do que a população da Europa Ocidental. Êxito excepcional. Tudo isso foi conquistado à custa de repressão interna, censura à imprensa e inexistência de debate político. A Gleisi brasileira crítica a política do Banco Central, fartamente praticada na China, em favor de política monetária restritiva, que busca a queda de juros para favorecer o crescimento econômico.

A privatização das empresas estatais foi amplamente adotada em todos os níveis, na mesma medida em que o Estado favorece e incentiva os empresários nacionais. O capitalismo chinês gosta da concorrência e estimula os melhores que podem ser locais ou estrangeiros. É preciso criar empregos

numa sociedade com mais de um bilhão de habitantes. Eventuais rebeliões populares são perigosíssimas num país acostumado a guerras civis, invasões externas e sucessivos golpes de Estado. Não se brinca com isso. Então, crescer é fundamental para que haja paz na política nacional. Corrupção lá é assunto tratado como crime capital. O culpado é morto com um tiro na nuca e a família paga as despesas.

Aqui, o presidente Lula precisa, com urgência, de boa assessoria para encontrar o rumo em seu governo, perdido entre querelas dos parlamentares. As brigas entre ministros, senadores, deputados e outras autoridades sitiam o governo, que não consegue avançar para lugar nenhum. Está perdido dentro desse tiroteio inútil. Há grandes obras a serem realizadas que esperam a benção do governo federal. Até agora, o governo lançou programas pontuais e participou de discussões estéreis.

Não há uma única grande obra do governo Lula a ser exibida. Nem na política externa. O governo não consegue se libertar das querelas internas, das disputas entre tendências à medida em que se aproxima a data das eleições municipais, que constituem a base da escolha presidencial de 2026. E a direita brasileira, agora, está mais articulada, objetiva e dispõe de pelo menos quatro bons nomes para colocar na corrida ao Palácio do Planalto. Gleisi e seu partido precisam decidir se continuam acreditando na economia planificada ou entram na agitação alucinante do progresso no século 20. Sua visita à China pode ajudar a decidir. Mas, ao que parece, seu ideal democrático virou miragem.

Participação social: menos lacunas a favor de pacientes com câncer de sangue

» CATHERINE MOURA

Médica sanitária e CEO da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale)

Na busca pela promoção da saúde de forma justa e equitativa, devemos ter em mente que cada paciente é único. Portanto, é papel do médico especialista que o acompanha, demais profissionais da equipe de saúde, cuidadores e da sociedade em geral, nos momentos adequados e oportunos, enxergar as jornadas individuais e apoiá-los a preencher as lacunas que se apresentam na busca pela remissão da doença. Para os pacientes com câncer de sangue, por exemplo, o acesso a opções terapêuticas para cada etapa da jornada é essencial para que tenham uma melhor evolução clínica e qualidade de vida.

Essa dinâmica nem sempre é simples. Uma parte dos potenciais pacientes sequer sabe que um câncer no sangue também é câncer. As dúvidas, mais comuns nesses casos, dificultam o rápido diagnóstico, pois os sintomas são por vezes inespecíficos e confundidos com o de outras doenças ou não aparecem. Uma vez diagnosticados, geralmente, o tratamento e acompanhamento são contínuos, de forma que novos obstáculos surgem e, dessa vez, por razões que fogem da percepção do paciente ou da decisão médica. Como é o caso das barreiras que existem hoje no Sistema Único de Saúde para o tratamento de leucemia linfocítica crônica (LLC).

Atualmente, os pacientes de LLC que utilizam o SUS e que apresentam uma recidiva da doença (quando ela volta) ou que não respondem ao tratamento da maneira esperada (refratários) não têm alternativa terapêutica disponível. Esse é um tipo

adquirido e não hereditário de câncer no sangue, causado por um erro genético que interfere na produção de linfócitos, especialmente em pessoas acima dos 50 anos. A iniquidade de acesso a tratamentos leva os pacientes com LLC no âmbito do SUS a apresentarem quase três vezes mais chances de óbito em sete anos do que os pacientes do setor privado.

Na Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale), caminhamos juntos a outros atores do setor para disseminar informações confiáveis que são fundamentais para o letramento em saúde de pacientes, familiares, cuidadores e a comunidade, a fim de apoiar quem precisa passar pela jornada de tratamento. Inclusive, recentemente lançamos uma campanha de conscientização sobre leucemias chamada “Câncer do sangue” também é câncer, e, como parte dos esforços de engajar também as autoridades públicas, realizamos, em Brasília, o *Seminário Fevereiro Laranja*. Foi um encontro fundamental para discutir os desafios enfrentados pelos pacientes com leucemia no Brasil e o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Acredito que essa é uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, sejam pessoas físicas e pessoas jurídicas, sejam instituições e agentes públicos. Como mencionado na abertura deste artigo, é nossa responsabilidade entender as demandas não atendidas e as preferências dos pacientes, sobretudo para sermos mais efetivos no acolhimento e nos cuidados de saúde prestados. A centralidade do cuidado e das decisões tomadas em benefício

dos pacientes precisam considerar suas perspectivas, se “sobre eles” precisa ser “com eles”. Esses são os que convivem ou sofrem com determinada condição e mais conhecem sobre tais impactos na sua vida. Igualmente determinante é a opinião e expertise técnica dos especialistas, hematologistas, que acumulam muito conhecimento científico e prático sobre os melhores desfechos em saúde no cuidado desses pacientes.

A boa notícia é que os espaços para endereçar essas opiniões e posicionamentos existem em diferentes momentos da avaliação de um novo tratamento no âmbito do sistema público de saúde. De um lado, a comunidade engajada com a LLC e todos os cânceres hematológicos pode, e deve, buscar informações de qualidade — como o site da campanha e nossos canais de comunicação, por exemplo; e ficarem atentos às oportunidades de participação social. De outro, os tomadores de decisão sobre as políticas públicas devem incrementar cada vez mais a valorização das evidências de vida real, sobretudo das vivências do paciente para os aprimoramentos necessários da atenção oncológica no país. Compreender melhor a relevância de elementos vitais, como a chance de uma vida mais longa e com mais qualidade, dignidade e menos sofrimento é uma questão de respeito aos direitos humanos e de solidariedade social. É assim que vemos o caminho para fechar lacunas que tanto trazem iniquidades, ineficiências e impacto no cenário das leucemias no Brasil.

Bebendo cerveja com Niemeyer

» RICARDO MANSUETO MIRANDA FERREIRA
Engenheiro eletricista da CEB de 1980 a 2006

A década de 1980 foi de grandes mudanças em Brasília. A ditadura chegava ao fim e o político José Aparecido era indicado governador. Ele trouxe de volta Oscar Niemeyer para dar continuidade aos projetos da capital. Um dos desejos do governador era conseguir melhorar a iluminação da Praça dos Três Poderes, instalando uma iluminação feérica.

Fomos convocados, junto com outros técnicos da concessionária CEB e o nosso diretor Vinicius, para acompanhar a visita noturna do Niemeyer ao local. Éramos jovens e o idolatrávamos. O Vinicius, que não tinha mais de 30 anos, ficou sem acreditar da primeira vez que sua secretária o informou que Niemeyer queria falar-lhe. Pensando ser um trote, respondeu: “Diz pra ele que o Rui Barbosa não pode atender”.

Numa noite quente e seca, próximo ao STF, mostramos as opções que tínhamos pensado para a solução do desafio do governador. O diálogo com o arquiteto fluiu com cordialidade, ele com muito interesse e disposição, apesar de já contar 80 anos. Um dos desafios na realização da iluminação de monumentos e fachadas arquitetônicas é esconder os equipamentos que dão suporte às lâmpadas e são visíveis durante o dia, causando poluição visual à obra. Por isso, a maioria desses projetos é realizada com a fonte de luz vinda do chão, ou abaixo do nível do solo. Niemeyer sabia que, para atender ao governador, com o alto nível de iluminação, algum dano visual diurno seria provocado na sua obra.

A Casa de Chá, naquela época, estava sendo utilizada como um bar, com muitas lâmpadas fluorescentes ofuscantes, que, por ironia, já tinha uma iluminação feérica. Em determinado momento da apresentação, comentei com Niemeyer: “Só não sabemos o que fazer com a Casa de Chá!”. Ele olhou, ficou visivelmente contrariado e começou a caminhar com a sua passada tranquila, mas determinada, em direção à Casa de Chá. É claro que todos nós o acompanhamos. Lá chegando, desceu os poucos degraus e foi logo perguntando ao primeiro garçom com quem se deparou pelo responsável por aquelas lâmpadas. Numa presença de espírito admirável, o Vinicius, com a sua alta estatura, se interpôs entre os dois e falou: “Este é o doutor Niemeyer, o homem que construiu tudo isso aqui”. O garçom, recém-chegado da Paraíba, que não estava com cara de bons amigos durante a abordagem do arquiteto, se transformou numa feição de paz e disse suavemente: “Sim, doutor!”

O arquiteto reclamou das lâmpadas ofuscantes, mas logo compreendeu a impossibilidade daquele garçom alterar algo. Era como se Monet ou Renoir tivesse uma de suas telas danificadas e sensível, compreendesse que quem a estava danificando o tinha ajudado a pintar. Rapidamente, ele passou do estado emocional para o racional, se calou e, como se quisesse pedir desculpas, arrastou uma barulhenta cadeira de uma das mesas vazias e disse em voz alta: “Vamos beber uma cerveja”. O garçom ficou com cara de felicidade e saiu correndo para buscar as bebidas. Sentamos na Casa de Chá, no centro do poder do Brasil, em sua praça mais importante, pensada pelo maior arquiteto do mundo e sendo utilizada como um bar típico de qualquer cidadezinha brasileira, com garçons ainda com as mãos calejadas de distantes áreas rurais, com vestimentas típicas de países frios, na umidade de 15% e sensação térmica beirando 40°C.

Estávamos em umas 10 pessoas. Findado o encontro, o garçom trouxe as despesas e o arquiteto de imediato disse que a conta era dele. Os cartões de crédito não eram populares, e, quando ele retirou o dinheiro do bolso, não era suficiente para pagar. Eram tempos de inflação alta, até 3% ao dia, e os preços se multiplicavam. Portávamos apenas o crachá da CEB, sem dinheiro, exceto o engenheiro Luís Carlos, conhecido na CEB como pão-duro e que não pagava um picolé para ninguém. Foi ele quem pagou a conta.

O governador José Aparecido, adequando para aqueles tempos de transição, e o Niemeyer já não são mais deste nosso mundo. A iluminação feérica e as opções discutidas naquela noite não foram adiante. Trocamos equipamentos sem alterar a filosofia original do projeto, o que melhorou o nível de iluminação da Praça. Mas, até recentemente, eu brincava com o Luís Carlos, dizendo que o Niemeyer iria nos convidar para tomar umas cervejas novamente. A resposta, invariavelmente, era a mesma: “É, mas desta vez ele paga a conta.” Sim, Luís Carlos, no céu. E lá, não deve ter inflação.